RadarPolítico

www.ranking.org.br

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas

EDIÇÃO 290 | 01 de novembro de 2026

PONTO A PONTO

• ECONOMIA

A taxa de desemprego no Brasil caiu para 5,2% no terceiro trimestre de 2026, o menor nível já registrado para esse período desde o início da série histórica, em 2012. O resultado representa recuo de 0,2 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e de 0,4 ponto percentual na comparação anual. O número de pessoas desocupadas é de 5,6 milhões, segundo o IBGE.

• FISCAL

A Dívida Pública Federal atingiu R$ 9,38 trilhões em setembro de 2026, alta de 8,7% em relação a dezembro de 2025, o que representa um aumento de R$ 747,9 bilhões nos primeiros nove meses do ano. O levantamento é do Tesouro Nacional.

• RISCO PAÍS

O risco país do Brasil, medido pelo CDS de cinco anos, atingiu 134,87 pontos, alta de 13,09% em relação aos 119,26 pontos registrados na semana passada. A elevação reflete a maior cautela dos investidores em relação aos riscos associados aos ativos brasileiros e às perspectivas para a política econômica do próximo governo.

• ESTATAIS

As empresas estatais registraram déficit primário de R$ 3,4 bilhões, revertendo o superávit observado em agosto. Com o resultado, o saldo negativo acumulado de janeiro a setembro chegou a R$ 11,4 bilhões, enquanto o déficit em 12 meses atingiu R$ 10 bilhões. O resultado das estatais contribuiu para o déficit primário de R$ 5,5 bilhões do setor público consolidado no mês, apesar do superávit de R$ 3,5 bilhões do governo central, segundo dados do Banco Central.

•SOCIAL

52,1% dos brasileiros entendem que o governo não deve reduzir os recursos destinados a programas públicos. Outros 25,7% são favoráveis ao corte, o que significa que os contrários são cerca do dobro dos que apoiam a medida. O levantamento é do Indexa/Broadcast.

Flávio Bolsonaro deixa o país, divulga carta atrapalhada e tentará comandar a oposição a partir dos EUA



Senador Flávio Bolsonaro (Foto: Evaristo Sá/AFP)

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) desembarcou em Miami nesta quarta-feira (28), três dias depois de perder o segundo turno para o presidente Lula (PT), reeleito com 51,79% dos votos válidos contra 48,21%. A viagem ocorreu após Alexandre de Moraes ordenar que a Polícia Federal recolhesse seus passaportes, e menos de 42 horas depois de o senador afirmar publicamente que não pretendia deixar o Brasil, Flávio conseguiu chegar aos EUA, em descumprimento a uma ordem do ministro. Diante da desobediência, a Polícia Federal (PF) cancelou seus documentos de viagem e abriu investigação sobre as circunstâncias da saída.

Na chegada, Flávio divulgou uma carta em que se apresentava como o verdadeiro presidente eleito e alegava fraude na eleição. Horas depois, o texto foi alterado e o senador passou a se colocar como líder do Brasil. No documento, Flávio agradece a Donald Trump e a Javier Milei e anuncia que pretende comandar a oposição a Lula do exterior.

O senador entrou nos Estados Unidos com uma autorização humanitária que permite permanência de até um ano, e o Departamento de Estado informou que concederá vistos a ele e à família.

A reação no próprio campo foi de distanciamento da crise. O líder da oposição, Senador Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que não reconhece fraude nas eleições e que aguarda a reorganização do campo e das comunicações com Flávio para a tomada de decisões com relação à oposição. Marinho continua pré-candidato à presidência do Senado. Já o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) classificou o conteúdo da carta como ação política e negou qualquer apoio a ruptura. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), presidenciável para 2030, disse ter aconselhado Flávio a não deixar o país, e o União Brasil reconheceu a lisura da eleição. Do lado governista, deputados do PT pediram a prisão do senador e sua inclusão na lista da Interpol.

TENDÊNCIA: Sem mandato a partir de fevereiro, quando termina seu período no Senado, e com a situação judicial em agravamento, Flávio tende a exercer influência pelas redes, como polo de mobilização da base mais fiel, mas perdendo espaço na oposição em geral. A coordenação da oposição no dia a dia, porém, passa às bancadas do Congresso e às lideranças que permaneceram no país.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 290 |** 01 de novembro de 2026

Embaixada dos EUA trata vitória de Lula como definitiva, mas Trump mantém contestação



Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília-DF (Foto: Divulgação)

Um relatório da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, enviado ao Departamento de Estado, classificou a reeleição de Lula como surpreendente, mas definitiva. O documento analisa a prorrogação do horário de votação no segundo turno, pedida ao TSE pelas duas campanhas. Segundo o relatório, cerca de 34 mil votos foram registrados após as 17h, o equivalente a 0,03% do total, volume incapaz de alterar a diferença de aproximadamente 4,4 milhões de votos entre Lula e Flávio Bolsonaro. A embaixada considerou a extensão mal administrada, mas registrou que observadores internacionais avaliaram o pleito como organizado e que a missão da OEA não manifestou dúvidas sobre o resultado. O texto cita ainda que lideranças conservadoras reconheceram publicamente a vitória e que Lula já havia sido cumprimentado por pelo menos 54 países.

A avaliação diplomática contrasta com a posição pública de Donald Trump. Em comício no Texas na terça-feira (27), o presidente americano voltou a sugerir fraude, sem apresentar provas. No dia seguinte, classificou a eleição como estranha e disse aprovar a ida de Flávio aos Estados Unidos. Na quinta-feira (29), chamou o processo eleitoral brasileiro de vergonha, mas afirmou que pretende conversar com Lula. Até então, a Casa Branca não havia enviado mensagem formal de congratulações. Jornais americanos como The Wall Street Journal e The New York Times publicaram que Trump teria ajudado Flávio a deixar o Brasil, e o Planalto optou por não comentar o episódio para evitar uma crise diplomática.

O primeiro contato oficial entre os dois governos desde a eleição ocorreu nesta sexta (30) e no sábado (31), em Atlanta, na reunião de chanceleres do G20, grupo presidido neste ano pelos americanos. O secretário de Estado Marco Rubio, próximo da família Bolsonaro, foi o anfitrião. Não houve reunião bilateral com o chanceler Mauro Vieira, apenas conversas informais.

O pano de fundo comercial agrava o quadro. Parte da pauta exportadora brasileira enfrenta tarifa combinada de 37,5% desde julho, resultado da sobretaxa de 25% somada ao adicional de 12,5% aplicado pelo USTR. A concessão de vistos a Flávio e à família, depois de o senador deixar o país contra ordem do STF, adiciona um elemento político a uma negociação que o Planalto vinha tentando manter no campo técnico.

Com a Argentina, o desgaste é direto. Milei também não cumprimentou Lula, e o auxílio atribuído a ele na saída de Flávio aprofundou a deterioração da relação bilateral. O governo brasileiro apura a participação de autoridades argentinas e americanas no episódio. Ainda assim, Lula deve convidar Trump e Milei para a posse, em gesto de pragmatismo diplomático.

TENDÊNCIA: O relatório indica que o aparato diplomático americano já trabalha com a vitória de Lula como fato consumado, o que tende a acelerar o reconhecimento formal pelos canais do Departamento de Estado, mesmo sem gesto pessoal de Trump. A sinalização de que Trump pretende conversar com Lula abre espaço para uma reaproximação controlada, mas a presença de Flávio em território americano continuará contaminando a agenda bilateral, inclusive as negociações tarifárias. Com Buenos Aires, a relação deve seguir fria, com reflexos sobre o Mercosul.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 290 |** 01 de novembro de 2026

Saída de Flávio abre disputa pelo comando da direita, e Tarcísio sai na frente



Tarcísio de Freitas (REPUBLICANOS), governador de São Paulo (Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil)

A derrota de Flávio Bolsonaro e sua saída do país dois dias depois do segundo turno abriram a disputa pela liderança da oposição e da direita. Com Jair Bolsonaro em prisão domiciliar e os filhos Flávio e Eduardo fora do Brasil, o nome mais citado por aliados, partidos do Centrão e empresários é o do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), reeleito no primeiro turno com 63% dos votos válidos.

Segundo relatos de interlocutores, Tarcísio sinalizou já na noite de domingo (25) a intenção de trabalhar pela organização da oposição nos próximos quatro anos, com vistas à disputa presidencial de 2030. O governador não aderiu ao discurso de fraude adotado por Flávio, defendeu a união da direita em torno de uma oposição firme ao governo e, depois da viagem do senador, afirmou ter aconselhado o aliado a não deixar o país. Nas redes, apoiadores já impulsionam a pauta "Tarcísio 2030".

O governador não é o único nome em circulação. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, mais votada para o Senado no Distrito Federal, volta a ser cotada como vice em uma chapa liderada por Tarcísio. Fora do bolsonarismo, Renan Santos, do Missão, já admitiu disputar novamente a Presidência. O Republicanos, por sua vez, abriga uma ala próxima ao governo Lula, o que impõe cautela ao governador dentro do próprio partido.

Parlamentares ligados a Tarcísio ponderam que o cargo impõe obrigações institucionais e limita o confronto público com o Planalto. Parte da direita ainda aguarda a postura de Flávio nos Estados Unidos antes de definir alinhamentos.

TENDÊNCIA: A liderança da direita deve se dividir em três frentes, com Tarcísio como articulador institucional e nome para 2030, as bancadas do PL no embate cotidiano com o governo e Flávio na tentativa de seguir como voz de mobilização digital a partir do exterior. Cada movimento do senador nos Estados Unidos obrigará o governador a recalibrar a distância, e a ausência de Lula da disputa de 2030 tende a antecipar a corrida no campo conservador.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 290 |** 01 de novembro de 2026

Oposição busca nome único para enfrentar Alcolumbre na eleição do Senado



Os senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (Foto: Divulgação)

A disputa pela presidência do Senado, marcada para 1º de fevereiro, ganhou mais contornos nesta semana. Davi Alcolumbre (União-AP) recebeu na segunda-feira (26) o apoio de Lula e do PT à sua recondução e já reúne o respaldo da federação União Progressista, do MDB e do PSD. O presidente da Casa afirma contar com pelo menos 48 votos. A oposição contesta o número e calcula que ele teria hoje cerca de 38, três a menos que os 41 necessários. Na leitura do Ranking, Alcolumbre blefa ao contar 48 votos, diante de uma oposição que soma ao menos 45 apoios.

Do outro lado, o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), que coordenou a campanha de Flávio Bolsonaro, e a líder do PP, Tereza Cristina (MS), reuniram-se nesta terça-feira (27) para definir uma candidatura única. O PL terá a maior bancada da próxima legislatura, com 29 senadores. Tereza calcula chegar a 42 votos se tiver o apoio integral do PL e adesões individuais em outras siglas, e parte das lideranças avalia que seu nome tem mais trânsito fora do núcleo bolsonarista. A família Bolsonaro, porém, defende Marinho, e Jair Bolsonaro rejeitou publicamente o apoio a Alcolumbre. O PL deve decidir na quarta-feira (4) se oficializa a candidatura.

O principal obstáculo de Tereza está no próprio partido, já que a federação União-PP declarou apoio a Alcolumbre. Em nota, a senadora afirmou que os eleitos pelo PP têm autonomia de voto e questionou o anúncio antecipado, feito antes da participação dos 54 senadores eleitos e reeleitos. O senador eleito Guilherme Derrite (PP-SP) também anunciou que não seguirá a orientação, citando a recusa de Alcolumbre em dar andamento a pedidos de impeachment de ministros do STF.

Alcolumbre, por sua vez, amplia a articulação com a distribuição de gabinetes, apartamentos funcionais e cargos ligados à Presidência, e acena à oposição com a possibilidade de discutir anistia a Jair Bolsonaro. Em 2023, Marinho perdeu a mesma disputa para Rodrigo Pacheco por 49 votos a 32.

TENDÊNCIA: Alcolumbre segue favorito pela combinação de apoio do governo, controle da máquina da Casa e adesão dos grandes partidos de centro, mas a futura composição da oposição na próxima legislatura é robusta e pode reverter o jogo. A votação é secreta e torna a contagem mais incerta do que em 2023. Uma candidatura de Tereza Cristina poderia ter menor resistência que a de Marinho, já que se envolveu diretamente na campanha de Flávio.

PL cresce no Congresso enquanto STF avança sobre o bolsonarismo



Congresso Nacional (Foto: Divulgação/Câmara dos Deputados)

O PL sai da eleição de 2026 com a maior bancada nas duas Casas, com 121 deputados federais e 29 senadores a partir de fevereiro, além de seis governadores. A força institucional do partido, no entanto, contrasta com a situação de suas principais lideranças. Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar, Eduardo Bolsonaro teve mandado de prisão expedido pelo ministro Alexandre de Moraes em 8 de outubro e Flávio Bolsonaro deixou o país em descumprimento à ordem do mesmo ministro do STF.

As investigações se multiplicaram nesta semana. A Polícia Federal apura as circunstâncias da saída de Flávio e passou a investigar o ex-ministro da Economia Paulo Guedes por suspeita de crime contra o sistema financeiro. O STF determinou ainda que a PF investigue suposta interferência de um grupo americano na eleição, e advogados pediram apuração sobre o uso do brasão antigo na carta divulgada pelo senador nos Estados Unidos.

No Congresso, a anistia a Jair Bolsonaro volta a circular como moeda de negociação. Davi Alcolumbre tem acenado com o tema para atrair votos da oposição na disputa pela presidência do Senado, enquanto o ex-presidente se posicionou contra o apoio do PL à recondução de Alcolumbre e a favor de candidatura própria do partido.

TENDÊNCIA: A nova legislatura será complexa, pois se há, de um lado, uma bancada de direita numericamente forte com lideranças presas, investigadas ou no exterior, há, também, a constante necessidade de aproximação com o centro para conquistar votos necessários para aprovação de suas pautas. A anistia tende a ser a principal bandeira do PL em 2027, e o alinhamento da bancada dependerá de quem assumir a coordenação política no país, com Tarcísio de Freitas e Rogério Marinho como os nomes mais prováveis.

Motta e Centrão aceleram voto distrital misto depois do avanço do PL



Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB), presidente da Câmara dos Deputados (Foto: CanalGov)

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou nesta quarta-feira (28) que pretende discutir e votar ainda em 2026 uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para mudar o sistema de eleição de deputados federais, estaduais e vereadores. O anúncio ocorreu após reunião com lideranças de União Brasil, PP, PSD, Republicanos, MDB, federação PSDB-Cidadania, Podemos e PSB. O cronograma prevê um modelo de transição em 2030 e a adoção do voto distrital misto a partir de 2034. As eleições majoritárias não seriam alteradas.

No distrital misto, o eleitor passa a ter dois votos, um para um candidato do seu distrito e outro para um partido ou lista partidária. Para a transição de 2030, uma das hipóteses em discussão é o chamado distritão misto, em que metade das cadeiras de cada estado ficaria com os candidatos mais votados e a outra metade seria preenchida por lista. O tema é antigo na agenda de Motta, que já em 2025 defendia retomar o projeto do ex-senador José Serra, mas ganhou urgência com o resultado das urnas.

O PL elegeu 121 deputados federais, impulsionado por puxadores de voto com forte presença nas redes, como Nikolas Ferreira (PL-MG) e Lucas Pavanato (PL-SP), enquanto as bancadas do Centrão encolheram. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, chegou a anunciar que o partido expulsará deputados que não apoiarem a proposta. O próximo passo de Motta é buscar PT, PCdoB, PV, PSOL, Novo e PL, legendas que vinham se mantendo distantes da discussão.

Por se tratar de PEC, a mudança exige 308 votos em dois turnos na Câmara e 49 no Senado, também em dois turnos.

TENDÊNCIA: O PL deve reagir como principal prejudicado, já que o modelo reduz o peso dos puxadores de voto que garantiram o tamanho da sua bancada. O calendário até dezembro é apertado para uma PEC, o que torna mais provável a aprovação na Câmara este ano e a conclusão no Senado em 2027. A transição de 2030 tende a concentrar a negociação real.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 290 |** 01 de novembro de 2026

Câmara cria grupo para fixar regras de propaganda eleitoral nas redes



Plenário da Câmara dos Deputados (Foto: Sérgio Lima/Poder360)

Na mesma reunião em que tratou do voto distrital misto, nesta quarta-feira (28), Hugo Motta anunciou a criação de um grupo de trabalho com representantes de todos os partidos da Câmara para elaborar mudanças no Código Eleitoral com regras para a atuação de candidatos e partidos nas plataformas digitais. O grupo terá 15 dias para apresentar uma proposta, e Motta afirmou que a intenção é votar a matéria ainda em 2026.

O presidente da Câmara negou que o objetivo seja restringir a liberdade de expressão e disse que a proposta pretende estabelecer critérios claros para a propaganda eleitoral na internet. A pauta, segundo ele, terá prioridade nos próximos dias, com o apoio dos partidos do bloco de centro.

O tema será discutido no Congresso depois de uma campanha marcada por disputas judiciais sobre conteúdo digital e muitas polêmicas envolvendo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as acusações de decisões politizadas pelos ministros. Em julho, a Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PV e PCdoB, acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra Flávio Bolsonaro e outros parlamentares do PL por publicações que associavam as urnas eletrônicas a fraudes. Já depois do segundo turno, o STF determinou que a PF investigue suposta atuação de um grupo americano na eleição brasileira.

A ausência de regras aprovadas pelo Legislativo tem levado o TSE a disciplinar o tema por meio de resoluções, o que alimenta críticas de que a Justiça Eleitoral ocupa espaço do Congresso.

TENDÊNCIA: PL e Novo devem tratar a iniciativa como tentativa de censura e associá-la ao voto distrital misto, já que as duas propostas reduzem a vantagem de candidaturas com forte presença digital. O prazo de 15 dias para o grupo é curto, e a aprovação em plenário ainda este ano dependerá da capacidade de Motta de separar o debate técnico da disputa política entre Centrão e PL. Motta tenta aproveitar o fim desta legislatura pois possui maioria consolidada em plenário. A partir da nova leva de parlamentares, a oposição crescerá e Motta terá menos votos do centro para as suas pautas desejadas.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 290 |** 01 de novembro de 2026

Impeachment de Moraes vira eixo da disputa pela presidência do Senado



Alexandre de Moraes, ministro do STF (Foto: Gustavo Moreno/STF)

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), disse a interlocutores que não pretende pautar pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em especial de Alexandre de Moraes, de quem é próximo. A sinalização foi dada no início da semana, junto com a avaliação de que a vitória de Lula ampliou suas condições de enfrentar um candidato do PL na eleição de fevereiro.

A abertura do processo depende exclusivamente do presidente do Senado. Até setembro, a Casa acumulava 109 pedidos contra os dez ministros da Corte, 55 deles contra Moraes, sem que nenhum tivesse avançado. A pressão aumentou depois da revelação de vínculos contratuais entre Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, investigado na Operação Compliance Zero. Na ocasião, Flávio Bolsonaro defendeu a renúncia do ministro, e o senador Carlos Viana (PSD-MG) chegou a ameaçar pedir o afastamento de Alcolumbre caso os pedidos não fossem analisados. Nesta semana, a defesa de Vorcaro apresentou laudo que aponta 999 arquivos modificados, o que pode ser usado em favor do ministro.

A posição de Alcolumbre já tem efeito direto sobre a sucessão. O senador eleito Guilherme Derrite (PP-SP) citou a recusa em dar andamento aos pedidos como motivo para não seguir a orientação da federação União-PP de apoiar a recondução do atual presidente.

Mesmo que um pedido seja aberto, a condenação de um ministro do STF exige dois terços do Senado, ou seja, 54 votos.

TENDÊNCIA: A eleição de fevereiro tende a funcionar como um referendo sobre a relação do Senado com o STF. A bancada ampliada da direita deve manter o tema no centro da campanha de Rogério Marinho ou Tereza Cristina, mas, ainda que a oposição vença, alcançar os 54 votos para uma condenação segue sendo um desafio.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 290 |** 01 de novembro de 2026

Lula monta equipe econômica sob pressão por ajuste fiscal



Prédio do Ministério da Fazenda (Foto: Alan Marques/Folhapress)

A definição do comando do Ministério da Fazenda tornou-se a prioridade da equipe de transição do quarto mandato de Lula. O mercado reagiu muito mal ao resultado do segundo turno na segunda-feira (26), com forte queda da Bolsa, alta do dólar e pressão sobre os juros, e passou a condicionar a revisão de expectativas a medidas concretas de contenção de gastos.

Dois nomes ganharam força nos bastidores. O governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), matemático com mestrado em economia pelo IMPA e secretário da Fazenda do estado entre 2015 e 2022, ganhou projeção nacional na reta final da campanha, embora afirme preferir permanecer no governo estadual. Aliados afirmam, porém, que Fonteles aceitaria vir para Brasília se convidado. O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) é visto com simpatia pelo mercado e pelo setor empresarial. Correm por fora o atual ministro, Dario Durigan, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o ex-ministro Fernando Haddad, que deixou a pasta em março para disputar o governo de São Paulo.

Nesta terça-feira (27), Durigan afirmou que a nova equipe apresentará medidas de ajuste depois de definida e que um projeto de lei será enviado ao Congresso até o fim do ano para perseguir a meta fiscal de 2027. O quadro de referência é conhecido. Em julho, o FMI estimou a dívida bruta do governo geral em 97,8% do PIB em 2026 e recomendou ajuste de 3 pontos percentuais até 2031, com medidas como a desvinculação de benefícios do salário mínimo e o fim dos pisos de saúde e educação, que dependem de mudança constitucional. A Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta a dívida em 115% do PIB em 2036 se nada mudar.

TENDÊNCIA: O nome escolhido para a Fazenda será o primeiro sinal do grau de compromisso com o ajuste. Alckmin representaria aceno direto ao mercado, enquanto Fonteles indicaria com controle político do PT. Em qualquer cenário, medidas estruturais dependerão de um Congresso com o PL como maior bancada, o que tende a tornar mais complexa cada votação de ajuste.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 290 |** 01 de novembro de 2026

Lula sinaliza que pode insistir em Messias para o STF e contraria articulação por Pacheco



Presidente Lula e Jorge Messias, advogado-geral da União (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

O presidente Lula (PT) sinalizou que pode insistir na indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) desde a aposentadoria de Luís Roberto Barroso, em outubro de 2025. Segundo a colunista Bela Megale, de O Globo, o recado foi enviado a ministros da Corte logo depois da vitória no segundo turno, no domingo (25). A sinalização ainda não corresponde ao envio formal de uma mensagem ao Senado.

O movimento contraria a articulação que ganhou força ao longo da semana em torno do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Rodrigo Pacheco. O ex-presidente do Senado reúne o apoio de Davi Alcolumbre (União-AP), Hugo Motta (Republicanos-PB) e dos ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin. As conversas se intensificaram após reunião entre Lula, Alcolumbre e Motta na segunda-feira (26), e relatos de bastidores chegaram a apontar acordo para envio do nome em novembro e sabatina em dezembro. O entendimento de Lula, no entanto, é que a escolha é prerrogativa do presidente e que ele não pode abrir mão dela.

Messias foi rejeitado pelo Senado em 29 de abril por 42 votos a 34, a primeira recusa de um indicado ao STF desde o governo Floriano Peixoto. A derrota foi articulada pelo próprio Alcolumbre, que preferia Pacheco, e depois dela Lula e o presidente do Senado ficaram cerca de quatro meses sem conversar. Ainda em maio, Lula afirmou publicamente que voltaria a indicar Messias, e a área jurídica do Planalto sustentou que a Constituição não impede a reapresentação de um nome rejeitado. Aliados avaliam agora que a nova indicação pode ser enviada ainda este ano, antes da posse do novo Senado, com Pacheco reservado para uma das vagas que se abrirão entre 2027 e 2030.

Lula deve levar o nome de Messias às conversas com Alcolumbre sobre a recondução do senador ao comando da Casa. A aprovação exige ao menos 41 votos.

TENDÊNCIA: A insistência em Messias transforma a vaga no STF em peça direta da sucessão no Senado. Alcolumbre tende a condicionar o resultado ao apoio do governo à sua reeleição, e uma segunda rejeição teria custo político alto para o Planalto logo no início do quarto mandato.

Equipe técnica: Juan Carlos, Luan Sperandio, Gabriel Jubran, Danylo Shimano e Daniel Galvêas **EDIÇÃO 290 |** 01 de novembro de 2026

STF realiza audiência pública sobre MP das Bets



Plenário do STF (Foto: Antonio Augusto/STF)

O ministro Luiz Fux convocou para a terça-feira (3), às 10h, uma audiência pública na sala de sessões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal para discutir a proibição das bets no Brasil, determinada pela Medida Provisória 1.394. Editada pelo governo Lula durante o período eleitoral por sugestão do marqueteiro Sidônio Palmeira, a MP proibiu as apostas de quota fixa e determinou o encerramento das autorizações concedidas às empresas do setor.

A MP possui vigência até março de 2027, mas a questão foi judicializada. A audiência vai subsidiar a análise da ADI 8.027, apresentada pela ANJL (Associação Nacional de Jogos e Loterias), que pede a suspensão da MP e a declaração de sua inconstitucionalidade. Participam 28 entidades, entre elas Flamengo, Fluminense, Botafogo, Cruzeiro, São Paulo, Corinthians, CBF, COB (Comitê Olímpico do Brasil), AGU, PGR, os ministérios da Fazenda e do Esporte e representantes das empresas de apostas.

O setor de bets argumenta que o fim abrupto das operações desconsidera empresas que investiram sob as regras estabelecidas pelo próprio governo. Foram R$ 2,55 bilhões em outorgas por 5 anos de atuação. Além disso, há um ecossistema de contratos relevantes de patrocínio ao esporte, especialmente ao futebol, o que explica a presença de grandes clubes no debate.

A audiência pública deve levar em consideração ainda externalidades negativas obseervadas desde a proibição. Levantamento da ANJL apontou que foram identificados desde a proibição mais de 60 mil sites de apostas após a publicação da MP. Já estudo do Ranking dos Políticos publicado pela Folha de São Paulo neste domingo (1) analisou a experiência em 11 países que também proibição o segmento e apontou demanda consistente e migração para o mercado ilegal.

A mudança também ameaça empregos e cria insegurança jurídica. A audiência será uma oportunidade para discutir uma saída que preserve a previsibilidade regulatória e permita o aperfeiçoamento do mercado.

CBS de 11,3% em 2027: o que o TCU decidiu e o que muda



Prédio do TCU (Foto: Reprodução)

Em 28 de outubro de 2026, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade a alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para 2027: 11,3%. O percentual vale só para a CBS, tributo federal que substitui PIS, Cofins e IOF-Seguros e absorve parte do IPI. Não vale para o IBS de estados e municípios, que ficará em fase de teste com alíquota simbólica de 0,1% em 2027 e 2028; por isso, a CBS será cobrada a 11,2% nesse período. O número supera as estimativas anteriores: os 8,8% do Ministério da Fazenda em 2024 e os cerca de 9,2% do Comitê Gestor do IBS. Somada aos 18,7% hoje estimados para o IBS, a nova CBS levaria o IVA brasileiro a cerca de 30%, acima da trava legal de 26,5%, dos 27% da Hungria (a maior alíquota da OCDE) e muito acima da média da OCDE, de cerca de 19%.

O TCU não escolhe a alíquota por critério político. Ele calcula o percentual necessário para manter a arrecadação da União igual à média histórica dos tributos extintos, de cerca de 5% do PIB entre 2012 e 2021, o que equivale a uma meta média de R$ 528,5 bilhões. Daí vem o "paradoxo das exceções": cada benefício aprovado pelo Congresso eleva a alíquota de todos os demais. A alíquota zero da cesta básica retira R$ 126,3 bilhões, e as reduções de 30% e 60% para saúde, educação e outros setores retiram mais cerca de R$ 61,9 bilhões. O cálculo também traz fragilidades. Ele supõe que o Imposto Seletivo, ainda sem alíquotas definidas, cubra 40% do IPI. Usa os anos-base de 2023 e 2024, e não os de 2024 e 2025 previstos em lei. E inclui na série histórica receitas depois julgadas inconstitucionais pelo STF, como as da "Tese do Século". Como o modelo é muito sensível, um ajuste mínimo nessa série já bastaria para levar a alíquota a 11,2%.

O impacto nas empresas será desigual. Quem está no Lucro Presumido paga hoje cerca de 3,7% sobre o faturamento, sem créditos, e passará ao regime de 11,3% com créditos. Só empata quem tiver 68% do faturamento em compras que geram crédito. Um comércio com 60% de insumos creditáveis sobe para cerca de 4,5% da receita. Já um serviço intensivo em mão de obra, como vigilância, limpeza ou tecnologia, pode saltar para 10,2%, uma alta de 179%, porque a folha de salários não gera crédito. No Lucro Real, a alíquota passa de cerca de 9,3% para 11,3%, mas com crédito mais amplo. A FIESP estima mais de R$ 100 bilhões em tributos extras em 2027 e pede correção no Senado. Pequenas empresas do Simples que vendem para outras empresas tendem a perder clientes, salvo se migrarem para o modelo híbrido, que transfere o crédito cheio.

Para o consumidor, a alíquota média efetiva deve ficar abaixo de 8,5%, graças à cesta básica zerada, às reduções em saúde e educação e ao cashback de cerca de R$ 10,5 bilhões para famílias de baixa renda. O choque, porém, se concentra em serviços como restaurantes, hotelaria, turismo e serviços pessoais, que devem repassar custos aos preços no início de 2027. Bebidas, cigarros e veículos também pagarão o Imposto Seletivo. Esse repasse chega num momento difícil: a inflação está acima da meta, os juros seguem elevados e o endividamento das famílias está em nível recorde.

O espaço do Senado para baixar a alíquota é pequeno. Ele tem até 15 de dezembro para aprovar uma resolução; se não decidir, vale o cálculo do TCU. Uma resolução também não pode cortar isenções previstas em lei complementar, e uma redução sem base técnica abriria um buraco num orçamento de 2027 que conta com R$ 636,8 bilhões de CBS. O quadro fiscal agrava a restrição: a dívida bruta está em 82,9% do PIB pelo critério do Banco Central e próxima de 100% pelo critério do FMI, que recomenda um ajuste de 3 pontos do PIB em cinco anos. As saídas viáveis são revisar a série histórica e aprovar logo o Imposto Seletivo. No médio prazo, a lei prevê recálculo anual da CBS até 2035, redução obrigatória em 2030 se a arrecadação superar a meta e corte de benefícios se o IVA total passar de 26,5%.

Em destaque no Ranking

• RESULTADOS DIGITAIS ELEIÇÕES

O **Ranking dos Políticos** registrou 406 milhões de impressões em suas redes sociais ao longo do período oficial das eleições de 2026. No mesmo intervalo, a organização conquistou 323 mil novos seguidores nas redes e teve 4,65 milhões de acessos ao seu site.
Os números se referem aos 71 dias entre 16 de agosto e 25 de outubro de 2026.
O Ranking agradece a todos que acompanharam, compartilharam e usaram suas informações para fazer escolhas mais conscientes nestas eleições!

• NABUCO SE TORNA NOVA MANTENEDORA DO RANKING

A Agência Nabuco é a nova mantenedora do **Ranking dos Políticos**. Especializada em políticas públicas, relações governamentais e comunicação estratégica, a assessoria passa a apoiar financeiramente a organização. Com isso, o Ranking amplia a rede de empresas que sustentam sua atuação independente. Saiba mais!



• EVENTO STAND WITH US

O Ranking dos Políticos promoveu, no dia 29 de outubro, em Brasília, um evento com Rafael Zimmerman, sobrevivente do ataque terrorista do Hamas em Israel em 7 de outubro de 2023. A iniciativa foi uma parceria da StandWithUs Brasil com o Students For Liberty Brasil e também com o LOLA.

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputado Ítalo Otávio (REPUBLICANOS-RR)

Ítalo Otávio Teixeira Pinto, natural de Belo Horizonte (MG), iniciou a carreira política em 2016, quando foi eleito vereador de Boa Vista pelo PR. Reeleito em 2020 como o mais votado da capital, com 2.775 votos, conquistou o terceiro mandato em 2024, com 4.024 votos. Em 2026, elegeu-se deputado federal por Roraima pelo Republicanos, com 20.184 votos, a segunda maior votação do estado.
Na Câmara Municipal de Boa Vista, presidiu a Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final e Legislação Participativa e a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Integrou a oposição à gestão municipal, destacando-se pela fiscalização de contratos da Prefeitura e pela atuação na análise de propostas orçamentárias.

Ranking dos políticos

Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:
Juan Carlos
Luan Sperandio
Gabriel Jubran
Danylo Shimano
Daniel Galvêas

Projeto Gráfico:
Tamyres Meyer

Diagramação:
Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.

FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br

contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:
ANR Associação Nacional de Restaurantes
agência nabuco
Values News Intelligence
Private Engenharia & Soluções
HSI Investimentos
JUDIT